

**“PÉROLAS” DE REDAÇÕES: O EFEITO-CONTRÁRIO
DO RIDÍCULO, A DELOCUTIVIDADE DO RISO
E A RESSIGNIFICAÇÃO DO VESTIBULAR**

Julio Cesar MACHADO
Soeli Schreiber da SILVA
(Universidade Federal de São Carlos)

RESUMO: Por um olhar enunciativo, específico da Semântica do Acontecimento, abordaremos o fenômeno conhecido como “pérolas” de redações: a diferença destoante deste acontecimento no espaço enunciativo da coerência, dado pela discrepância de um modo de dizer não-culto, e as especificidades da temporalidade das cenas das pérolas (memorável, formulação e futuridad) que apontam o efeito instaurado, conclamando a noção de argumentação. A análise argumentativa reclama a análise do riso (orientação da pérola), lido como delocutivo. Levantamos a questão da ineficácia e funcionamento obsoleto do vestibular tradicional brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Pérolas; linguagem culta; vestibular; riso.

ABSTRACT: For a enunciative look, specific of the Semântica do Acontecimento, we will discuss the phenomenon known as “pearls” of Brazilian’s SATs (known as vestibular): the jarring difference of this event in space of enunciation of coherence, given by the “invasion” of the non-cult language, the temporality’s specificities of this scene (memorable, formulation and futurity) indicating the effect introduced, calling the notion of argument. The analysis calls for the argumentative analysis of laughter (orientation of pearl), read as delocutive. We raise the issue of inefficiency and obsolete functioning of the traditional vestibular.

KEYWORDS: Pearls; cult language; SAT; laught.

A gramática, de certa maneira, mascara a verdade e carrega os traços de nossa falta de discernimento, de nossa ‘cegueira’.
(PÊCHEUX, 2009, p. 44).

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho não pretende lançar um olhar corretivo, senão científico, sobre o que se tem chamado “pérolas de vestibular”¹. Longe de tripudiar a performance de candidatos ou dirimir este fenômeno, apreciaremos a voz do “ridículo” no espaço das redações, buscando, no funcionamento dessa voz, descobrir por que o dizer não-culto é o *impossível*, enquanto o dizer culto é o *possível*, como também compreender o que significa o *riso*, nesse domínio. Enfim, queremos entender as enunciações que, ao serem ditas, produzem um “efeito-contrário” (argumentava-se para o efeito X, mas criou-se o efeito de Y), e apontar quais características do espaço enunciativo do vestibular (redação) regulam a escrita, e determinam as pérolas como *nonsense*, absurdo, insólito, insensato etc.

A presente pesquisa é relevante porque o fenômeno enunciativo das pérolas já não se trata de anomalias isoladas ou desvios ocasionais no interior da prática dos vestibulares, mas por constituir uma prática regular. Uma regularidade do absurdo que se forma na atualidade, de forma que as pérolas já são esperadas nos processos seletivos, e, dependendo do tema, já são previsíveis. E, já que observamos uma prática regular – das pérolas – (mesmo que mal quista), não faz sentido ignorá-la, mas, ao atentarmos-nos para essa prática enunciativa das pérolas, esperamos atualizar o modo de raciocinar o funcionamento do processo seletivo brasileiro e com isso ressignificar a sua prática.

2 NOÇÕES TEÓRICAS E METODOLOGIA

Inscrevemos a presente discussão à *Semântica do Acontecimento* (GUIMARÃES, 2002, 2004, 2007), filiada à Semântica Histórica da Enunciação, agenciando nossa análise por questões de ordem histórica, política e social da linguagem. Desta forma, não

¹ Externo gratidão aos amigos linguistas Eduardo Eidi Nagai e Marcelo Geovannetti Ferreira Luz, por me proporcionarem outro olhar para as pérolas de redações.

pautaremos nossa discussão sobre discrepâncias de gêneros ou tipologias, em detrimento de uma preferência sobre os efeitos de sentido produzidos no/pelo acontecimento da redação, decorrente dos modos de dizer que tomam os sujeitos-candidatos, desavisados sobre as consequências de seus enunciados, no espaço enunciativo do vestibular. Para discorrer a análise, precisaremos em seguida as noções necessárias para esta análise.

Como temos dito (MACHADO, 2010), *a língua significa*, e com isso queremos dizer que rejeitamos parcialmente quatro vias que se nos abrem, ao propor estudar o sentido: uma semântica estrutural (enquanto limitada à relação de elementos), uma semântica referencialista (enquanto limitada à relação entre elementos e o mundo, fundamentada no conceito de verdade), uma semântica pragmaticista (enquanto limitada à intenção dos falantes) e uma semântica exclusivamente enunciativa (enquanto limitada a reduzir a significação unicamente à enunciação, de forma que a língua não tem sentido, mas só a enunciação).

Nossa postura é limítrofe, isto é, investigamos a língua nos liames de uma relação entre elementos (estrutural), enunciação (funcionamento), e suas condições de produção (o sócio-histórico).

Nesse viés teórico, as pérolas são entendidas como *acontecimentos* enunciativos que “deveriam” ser uma enunciação dada pelo modo de dizer culto, mas, na falta desse, são enunciações dadas por um modo de dizer não-culto, causando uma diferença na sua própria ordem, um efeito de estranheza no *espaço enunciativo* regulado pela normatividade (gramática). O acontecimento enunciativo é vislumbrado pela noção de *cena enunciativa*, instaurada por esse dizer. Nessa cena, temos a disparidade do *Locutor* (com maiúscula) e *locutor* (com minúscula), apoiados em um *enunciador*, assim: um Locutor-candidato, responsável pelo dizer, que enuncia enquanto locutor-despreparado (e não insuficiente, como o vestibular parece entender), que não é falante da vertente culta da língua, imposição do espaço das redações seletivas. O exercício da língua no espaço dos vestibulares, por sua vez, é regulado por um enunciador universal

da inteligibilidade (Eu – a enunciação deve ser clara e entendível), mas pode funcionar pautado no próprio enunciador-individual alienável do locutor-despreparado (seu modo particular de dizer, não gramatical).

A enunciação nesse viés ganha uma especificidade de *temporalidade* – não cronológica – : um presente, um passado e um futuro linguísticos, em que o dito recorta um *memorável* (recorte de um passado), intrínseco ao presente da formulação. Pelo nosso prisma teórico, esse memorável é responsável pelo efeito de sentido do enunciado. Por sua vez, o presente dessa fórmulação, como se verá, já trás em si um início de futuridade, um enunciado outro, pautado na *interpretação*. Interpretação essa dependente dos processos de *argumentação*. Argumentar para nós é conduzir o texto para seu futuro, distanciando-se de uma argumentação enquanto persuasão. Dessa forma, o Locutor-candidato instaura um argumento, tomado por uma vertente não-culta da língua (da pérola) que, inevitavelmente conduzirá seu dizer para um fim oposto ao previsto pelo espaço do vestibular, instaurando enunciados de riso, veiculação irônica, piadas, etc., no amplo *texto* educacional brasileiro.

Metodologicamente, temos uma unidade de análise que é o enunciado (enquanto acontecimento), que se insere em uma unidade semântica maior, o texto. Expliquemos o texto.

Se a palavra é dependente de um acontecimento para instaurar um efeito de sentido, não prévio, é necessário ampliar as formas de olhar o *corpus*, perspassando o nível-limite da frase, delimitado por Benveniste (2006), e atingindo um texto, tido como uma unidade de significação, sem a qual a palavra não funciona. Assim, esse texto (o vestibular, os falantes, a ilusão de falantes cultos, a erudição como termômetro de qualidade, memoráveis, etc.) faz com que a “voz desafinada” que constitui as pérolas exponha a língua como *política*, e não como ingenuamente comunicativa (político no sentido de que a língua dispõe-se em litígio consigo mesma, isto é, uma disputa em que um simbólico X é defendido por uma parcela como significando Y, e reclamado por outra parcela como

significando Z, conforme Rancière (1996)). As pérolas predispoem-se em um litígio dado pelo movimento do confronto entre modo de dizer culto X modo de dizer não-culto, o que significa que nos afastamos de um olhar comunicativo e veritativo, em detrimento de uma consideração histórica e discursiva da linguagem, de forma que consideramos a *língua* como uma dispersão de regularidades sujeita a modos de dizer (neste trabalho, modo culto e não-culto). Por isso, temos divisões de “línguas”, e não “variações da língua”, pois as regularidades as diferenciam, as distribuem desigualmente e as dividem. E nessa divisão, uma língua pode apresentar diferentes modos de dizer.

Manipularemos nossos dados pelo procedimento da *agitação enunciativa*, proposto por nós (MACHADO, 2010) a partir do pressuposto da *incompletude* do dizer, característica que impede a cristalização semântica de uma palavra porque condiciona os enunciados à suscetibilidade de tornarem-se outro (PÊCHEUX, 1997). A consideração discursiva da incompletude quando vislumbrada pelo plano enunciativo da Semântica Histórica, metodologicamente distinto, faz com que afirmemos que o ato do dizer se pauta em duas regularidades predispostas: a possibilidade de uma enunciação de evidência e a possibilidade de uma enunciação de aparência. O exercício da língua no tocante à semântica nunca é estável porque, ao conceber qualquer real pelo dizer, esse real é constantemente construído por um dizer de evidência (memorável do exato), e simultaneamente pode ser destruído por um dizer de aparência (possibilidade do seu contrário, inexato), de forma que o sentido não só dependa da enunciação e seus atravessamentos, mas se condiciona a uma eterna oscilação semântica, em agitação (uma coisa não é, uma coisa oscila entre é/não-é). Como colocamos anteriormente, ao postular uma agitação na linguística, fazemo-lo lembrando que nossa postura teórica se afasta de uma análise estrutural (enquanto relação palavra-palavra), filosófica (enquanto relação palavra-mundo) e veritativa (enquanto relação palavra-verdade), mas se afirma enunciativa (enquanto relação palavra-

sentido). Estamos afirmando e trazendo para a análise o pressuposto de que nunca se chega ao real porque o real é uma constante agitação enunciativa entre evidência e aparência. O que significa dizer que o sentido jamais é estático.

Pensando desse modo, damos aos estudos enunciativos um primor de constante desestabilização: enunciar é estabilizar desestabilizando, ou desestabilizar estabilizando, não importa, a enunciação é a condição da construção do mundo por meio de duas propriedades rivais mas intrínsecas: evidência (exato) e aparência (inexato). Se o mundo fosse harmonicamente semântico, não haveria necessidade de enunciar.

No tocante à presente pesquisa, essa agitação enunciativa (evidência X aparência) é o ponto nodal da presente análise. Por ela vemos que a vertente não-culta da língua toma o candidato e o constitui Locutor que enuncia uma aparência da proposta de redação, e não a evidência esperada pelas instituições, uma vez que o falante apenas imagina estar locutando uma vertente culta.

3 AS DETERMINAÇÕES DA EXPRESSÃO PÉROLAS

Inicialmente, pensamos ser necessário designar ao menos parcialmente a expressão *pérolas*, segundo seu funcionamento nos espaços que as veiculam. Pelas determinações teóricas de nosso trabalho, referir-nos-emos a ela como vertente não-culta da língua, ou modo de dizer não-culto (o que popularmente é chamado de “língua não-culta” (nome que preferimos não adotar). Vamos agora designar *pérolas* por outra expressão que melhor a especifique.

Destarte, abordando o simbólico *pérolas* num espaço enunciativo de vestibular, explicitamos uma diferença que lhe dá valor, isto é, por uma operação de predicação², trazemos para

² Predicação é a operação pela qual uma palavra reporta-se a outra, não por vias sintáticas, mas por vias de reescrituração, articulação, ou pela metodologia heurística da paráfrase, no formato “X é Y”, conforme Guimarães (2004, 2007, 2009).

a análise o efeito de uma raridade (joia-pérola) possibilitado pelo memorável que a palavra *pérola* recorta. Essa metáfora da joia-raridade traz consigo outros memoráveis, tais como os modos de dizer/escrever da “coerência” ou “conveniência”. Na configuração de um espaço regulado pela propriedade de evidência do esperado da coerência e da conveniência, o acontecimento-pérola instaura um efeito impossível pela sua enunciação de aparência, rebelando-se politicamente contra o trivial da escrita ou subvertendo o espaço da gramática.

Sucintamente, o sentido de uma palavra é nada mais que a relação de uma palavra com outras palavras. Relação essa perscrutada segundo incursões teóricas definidas. Ao apreciar as condições das enunciações de pérolas, devido ao seu funcionamento de excesso (fora do lugar, lugar de não voz, conforme Rancière (1996)), relacionaremos, por articulação³ e por reescrituração⁴, a palavra *pérolas* com as palavras *ridículo*⁵ e *insólito*⁶. Veremos como se dá essa aproximação.

Pérolas se aproxima de *ridículo* por articulação, assim: o efeito de sentido do “ridículo” é amplamente explicitado em inúmeros comentários veiculados sobre as pérolas no espaço da imprensa brasileira, como no caso da adjetivação “pérolas ridículas”. E *ridículo* se aproxima de *insólito* por uma reescritura por definição, com em

³ Articulação é a relação entre palavras que significam por sua disposição em contiguidade, no formato “X Y”; “X e Y”; “X, Y” e “X até/só/mesmo... Y”. Conforme Guimarães (2009).

⁴ Reescrituração (ou rr) é o gesto de redizer algo que já foi dito, no formato básico de X rr Y (além de vários outros formatos, conforme Guimarães (2009)).

⁵ “RIDÍCULO: adj. Digno de riso, merecedor de escárnio ou zombaria, que se presta à exploração do lado cômico, irrisório, risível: *situação insólita e mesmo ridícula*” (HOUAISS, 1997, p. 1388, grifo nosso).

⁶ INSÓLITO: adj. Contrário ao uso, às regras (HOUAISS, 1997, p. 872).

⁷ Por exemplo: “[...] publicar essas *pérolas ridículas* da educação no Brasil, não é o melhor caminho. (A educação brasileira, grifo nosso)”. Disponível em <<http://hdebarbamalfeita.blogspot.com/2008/09/educacao-brasil.html>>. Acesso em 13 fev. 2010.

“ridículo: situação insólita”⁸). Assim, asseveramos que a expressão pérolas tem um novo funcionamento, ao designar atualmente contrariedade de regras, e contrariedade digna de riso (sentido esse que não se encontra em muitos dicionários ainda). As pérolas argumentam para sentidos pejorativos e de escárnio, antonímicos ao significado de seu léxico primário: jóias, preciosidade (esses sim, constados nos dicionários). Estabelecemos o domínio desse simbólico, conhecido por Domínio Semântico de Determinação (ou DSD):

insólito † ridículo † pérolas⁹

4 ANÁLISE DO RIDÍCULO

4.1 TEMPORALIDADE, ARGUMENTAÇÃO E ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO

A Semântica do Acontecimento assevera que o funcionamento da língua (acontecimento) dá-se enquanto regulado pelas deontologias do dizer, e por um espaço enunciativo, que impõe características específicas ao dizer, ao distribuir as línguas (desigualmente). A língua, por sua vez, ao ser tomada, instaura uma cena onde se visualiza um sujeito (somente sujeito enquanto falante) constitutivamente uno e díspar em si: Locutor (origem do dizer), locutor (lugar social do dizer) e enunciador (perspectiva do dizer), como se viu.

Neste panorama, os recortes das redações escolhidas (pérolas) são acontecimentos, isto é, enunciações enquanto diferenças que significam somente no ato do dizer (aqui, escrever), por mobilizar uma tripla temporalidade simultânea: um memorável responsável pelo sentido do presente do dizer, que, por sua vez, orienta o enunciado para uma perspectiva interpretativa futura. O passado é posto pelo presente, que conduz ao futuro, de forma constitutivamente indissociável.

⁸ Ver nota de rodapé 5.

⁹ O sinal † significa “determina”.

Além disso, as pérolas são enunciações especificamente de aparência, por subverter o esperado da evidência, uma forma atípica e às vezes avessa de se construir um real. Por isso as pérolas oriundam-se do presente do dizer (formulação) que explicita um memorável consonante com o senso comum, orientando para a injunção futura de um efeito-contrário, isto é: o argumento que deveria conduzir a um enunciado acaba por conduzi-lo a outro, contrário. Essa mesma formulação, por dar-se por vias aparentes de um modo de dizer *não-culto* (ridículo), conduz o enunciado a uma orientação futura de “incoerência”, enquanto as formulações evidentes que se dão por um modo de dizer *culto* proporcionam uma interpretação para a “coerência”.

Isso nos permite dizer que o efeito-contrário tem o nascedouro na formulação (da qual depende a interpretação), e que os sentidos “coerente” e “incoerente” dispõem do mesmo passado (memorável). Assim:

L1 “o homem tem dois tipos de intestinos: o intestino grosso e o educado¹⁰”.

Memorável: dois tipos de intestinos

Presente: enunciação de aparência pela vertente não-culta da língua (ridículo)

Futuro: incoerência (efeito-contrário)

E (nossa transposição para o modo de dizer culto)

L1(a) “o homem tem dois tipos de intestinos: o intestino grosso e o delgado”.

Memorável: dois tipos de intestinos

Presente – enunciação de evidência pela vertente culta da língua (esperado)

Futuro: coerência

¹⁰ Jô Soares. Disponível em < <http://mais.uol.com.br/view/e8h4xmy8lnu8/jo-soares-e-as-perolas-dos-estudantes-0402326EE4A93326?types=A&>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

Logo, se o passado (memorável) é o mesmo, o ponto nodal do impossível é o presente, e a futuridade do efeito-contrário é uma questão de língua (e argumentação), pois L1 é um argumento que deveria orientar para “coerência”, mas contrariamente orienta para “incoerência”. Dizemos então que a argumentatividade no acontecimento das pérolas funciona assim:

- a) em L1, o Locutor 1, enquanto locutor-não-culto, argumenta a partir de um enunciador individual não-normativizado. Seu falar orienta para a futuridade contrária do esperado. Ou, se preferirmos, consideramo-la pela seguinte fórmula, proposta por Guimarães (2007), e que se lê da mesma forma citada acima:

L1 – l-língua não-culta (Ei-não-normativizado) → incoerência, riso

Enquanto

- b) em L1(a), o Locutor 1(a), enquanto locutor-culto, argumenta a partir de um enunciador universal normativizado. Seu falar orienta para a futuridade da coerência. Ou, se preferirmos dizer isso pela fórmula supracitada, teremos:

L1(a) – l-língua culta (Eu-normativizado) → coerência, sensatez.

Além da consideração da temporalidade do acontecimento e da argumentação para vislumbrar os sentidos inscritos no uso dos dois modos de dizer (culto e não-culto), são pertinentes e constitutivas do efeito-contrário as condições em que o acontecimento das pérolas se dá: seu espaço enunciativo regulado pela gramática e seu modo de repercussão, além de sua cena instaurada e a composição de seus falantes, bem como suas disparidades.

É notória a percepção de que a pérola só é pérola devido ao acontecimento, isto é, devido à ligação a uma unidade maior de significação, um texto. Este texto dá-se em um espaço enunciativo de redação, regulado pela gramática, ancilar à vertente

culta da língua. O exercício involuntário do modo de dizer não-culto no espaço gramatical configura-se como um excesso de voz (RANCIÈRE, 1996). Uma transgressão que traz o jogo político no funcionamento, e gera um efeito específico: a discrepância. A pérola engendra a disposição da seguinte agitação enunciativa: diante da pluralidade, há um efeito atípico, dissonante, num coral de milhares de enunciações padronizadas. O timbre dessa “voz desafinada” produz um efeito singular ao interferir na harmonia da sinfonia das dissertações, especificando a si mesma, e ressignificando todas as outras. Se todas as outras vozes fossem “desafinadas como ela”, ela não seria pérola. A especificidade da cena depende intrinsecamente da especificidade normativa da língua. O jogo político e desigual entre *vertente culta* X *vertente não-culta* (involuntária) constitui o estranhamento que gera o riso, e explicita a redivisão do real dos padrões de redações no espaço enunciativo do vestibular, por duas espessuras: o aspecto de evidência da razão (regulado pela norma) e o aspecto de aparência do absurdo (regulado pelo insólito), donde o político se manifesta pela reclama de pertença do absurdo à razão, em vão.

4.2 O MODO DE DIZER DO RISO

Se no Brasil há uma carência de estudos linguísticos, pedagógicos, educacionais, etc. sobre as pérolas, vamos partir do único pressuposto existente e inicial de que “falar em pérolas é falar em risos”. Estudar o sentido é colocar-se em uma posição de não considerar o sentido como um “objeto”, mas uma “relação a” (ORLANDI, 1996). Vamos então investigar as relações entre a pérola e o riso, como ponto de partida para entender a prática enunciativa das pérolas. Por que gastar algumas linhas sobre o “riso” em um artigo científico? Sua pertinência provém do postulado de que ele é a orientação futura imediata da pérola. Assim:

pérola → riso

Efeito antonímico do que se pretendia:

redação → aprovação

Não obstante, haveria algum fenômeno linguístico no riso, pertinente e intrínseco ao funcionamento da pérola, que não apenas a futilidade de um acontecimento-entretenimento? Tentaremos responder a essa problemática, a seguir.

Nosso entender do riso está longe de tê-lo como uma reação biológica ou empírica neutra, ou como uma manifestação responsiva “oca”. Se assim o consideramos, temos o riso como uma voz delocutiva. Por delocutividade entendemos o enunciado dissociado de significação cristalizada, que só tem sentido no gesto da enunciação (DUCROT, 1990). Ou seja, o riso, numa enunciação X pode significar ofensa (rio porque eu o tenho por mentiroso), em outra situação Y pode significar elogio (rio porque eu o acho inteligente), em outra Z pode significar concordância (rio porque concordo com você), ou em outra situação W, protesto (rio porque não aceito esta situação absurda), ou ainda pode ter um funcionamento de um ato jurídico¹¹ (DUCROT, 1977), pois, ao rir, o outro também o deve fazer, conforme regem deontologias sociais, etc. Não rir quando alguém ri pode significar má educação, porquanto o riso cria uma obrigação associativa.

No que diz respeito às pérolas, o riso também é um simbólico, que, enunciado nas condições de divulgação das pérolas, tem significado específico de “aversão”. O riso é a voz do Locutor normativizado, a sua maneira de dizer “eu rejeito”. A voz do riso – dada pela veiculação das pérolas na mídia – significa, por paráfrase, “isso é inapropriado, incoerente”. É o movimento preconceituoso de perpetuação circular entre o pertencimento na normatividade evidente versus o pertencimento do real aparente.

¹¹ Ducrot explana o ato jurídico como o enunciado pelo qual se obriga o interlocutor a uma outra ação: “transformação das relações legais como efeito primeiro da atividade e não como a consequência de um efeito logicamente ou cronologicamente anterior” (DUCROT, 1977, p. 87).

5 A CENA ENUNCIATIVA DAS REDAÇÕES: UMA QUESTÃO DE LÍNGUA E NÃO DE INCAPACIDADE

O dizer ridículo (não-culto) desvela um Locutor-candidato, enquanto locutor-insuficientemente-normativizado (ou desescolarizado, se considerarmos a escolarização enquanto normativização), debruçado sobre um enunciador individualmente bizarro, avesso (que observa um real caótico). Ao afirmar que alguém fala de um lugar desescolarizado, não estamos privilegiando a escola, nem estamos afirmando que as escolas não cumprem seu papel educacional, mas estamos designando o sistema de vestibulares às célebres afirmações althusserianas (ALTHUSSER, 1998) em que as escolas têm outro papel, o de inculcar não só o modo culto e os enunciadores eruditos e gramaticais, bem como perpetuar as condições de produção de enunciados homogêneos, alimentando a ilusão de uma língua una utópica na medida em que rejeita a possibilidade de certas transgressões. *Só se tem voz no vestibular se essa voz for erudita.*

O que temos então é um embate no gesto interpretativo, uma vez que os Locutores-eruditizados pautam-se em enunciadores lineares, e os Locutores-não-eruditizados sustentam-se em enunciadores individuais de avessos. O confronto dessas partes gera o riso como repulsa e interpretação involuntária imediata. A produção semântica da vertente não-culta da língua pautada em um enunciador individual atípico é um efeito de sentido contrário à razão: alucinação, alienação, insensatez, absurdo, loucura, etc.

O sujeito despreparado, das pérolas, como dito, embrenha-se na aventura da tentativa de olhar por outro lugar, que não o tradicional. Pode-se definir o acontecimento-pérola então como a diferença significativa decorrente do deslocamento da cena erudita para a cena do ridículo, geralmente despropositadamente. Por este prisma, a involuntariedade determina o ridículo (na mesma medida em que é a enunciação quem instaura o sujeito, e não o contrário). Além disso, para o Locutor da pérola, o acontecimento pérola não é pérola.

5.1 O ARCAICO PROCESSO DO VESTIBULAR E O TRABALHO HERCÚLEO DE IDENTIFICAR MATURIDADE PARA A ACADEMIA: PERSCRUTANDO O CANDIDATO DIFERENTE

Não há como, ao analisar as pérolas, ludibriar um ponto nodal ainda invisível para os Locutores-organizadores de Vestibular, que tanto almejam um candidato visionário: essa falta de acesso à vertente culta pode ser descrita como a condição sobre a qual o candidato “sabe observar”, mas “não sabe descrever”. O ponto de incandescência dos estudos das pérolas quebra o paradigma de que o Locutor-perolês, na maioria dos casos, não é um candidato que não saiba refletir, que não é desprovido de opinião sobre a atualidade, ou que esteja inapto para o grau superior, senão que as universidades acabam por preferir, involuntariamente (e excludentemente), os candidatos linguisticamente eruditos, padronizados, normativizados, escolarizados e inculcados, e por isso candidatos gramaticais circulares e repetitivos; portadores de memoráveis midiáticos populares, perpetuando um sistema clássico e arcaico, incapaz de “selecionar” uma clientela arrojada, mesmo que se pretenda a fazê-lo alternativo.

Na expectativa de alcançar o candidato de autoria, instauram uma jornada ferrenha, onde o que mais encontram são candidatos de repetição normativizada. O sistema que engendra o espaço da redação e sua leitura sobre as pérolas, alimenta a utopia de um “mundo normativizado”, onde se vê apenas repetição, cunhando um espaço universitário de “papagaios” cientistas, (o efeito avesso da proposta dos vestibulares, o de um “mundo mais filosófico”, onde se vê autoria¹²).

Conclui-se que os sujeitos organizadores de vestibular primam pela vertente culta da língua como um enunciador universal

¹² É importante salientar mais uma vez que não é nosso objetivo defender a entrada dos falantes de pérolas nas universidades, mas, por uma reflexão linguística, atentar-nos para o fato de que o fenômeno das pérolas mostra uma prática de vestibular tão irrisória quanto as próprias pérolas, por almejar candidatos padrões.

de termômetro de maturidade. E não raras vezes (ou se preferir, comumente), mesmo que sua visão seja parca, o candidato imaturo é tornado maturo pela enunciação erudita. A enunciação culta é o ingresso de entrada para o sujeito candidato. Como confirma Guimarães: “enquanto discurso normativo, ele é o discurso da classe de poder” (GUIMARÃES, 2004, p. 137).

Logo, filiamos o processo seletivo brasileiro a uma égide logicista: “se enunciação culta, maturidade, se pérola, imaturidade”, e, de tabela, inscrevemos a lógica acadêmica nacional na afirmação: “se enunciação culta, universalidade normativa, se enunciação não-culta, individualidade subversiva”. Logo, a academia, ao pensar estar selecionando preferencialmente candidatos de autoria, opta involuntariamente por candidatos universais (clichês, padrões, repetitivos, previsíveis) e não individuais (diferentes). E tudo ligado à academia terá um funcionamento previsível (universal). Não defendemos a inclusão dos despreparados, mas queremos contribuir linguisticamente para discernir o que seria o despreparo. Em outras palavras, a questão que se põe é: o universal previsível intercepta o individual diferente, prevalecendo sobre ele e nivelando a academia. Deixa-se a ermo todo um campo complexo filiado ao processo de maturidade de sujeito não falante da vertente culta. Privilegiar o modo de dizer culto é dizer que a voz culta sobrepõe o processo reflexivo nos vestibulares (pois dominar solenemente e elegantemente a repetição erudita já por si enobrece o candidato, e pode ensombrear a relevância da reflexão de autoria. Pela língua culta a academia brasileira consolida-se. Não se trata de estimular ou não o uso erudito, mas de vislumbrar que, no espaço enunciativo das redações, levando em conta esses pressupostos linguísticos, a vertente culta não significa necessariamente maturidade.

Uma posição menos ingênua e discursiva dos vestibulares deveria engendrar mecanismos capazes de poder enxergar maturidade em uma pluralidade linguística que não a culta (gírias, games, sinais, grafites, desenhos, as próprias pérolas, símbolos de internet, códigos, estrangeirismos, abreviações, etc.). Concordamos

com Gadet e Pêcheux (2004) quando asseveram que a ciência não pode cair na armadilha lógica de separar possível e impossível (para nós, respectivamente, funcionamento culto e não-culto da língua). Os dois planos indissociáveis compõem as linguagens humanas, bem como a ciência linguística, bimodal, para qual a academia caminha (ou deveria caminhar).

A postura do vestibular reflete diretamente na postura pedagógico-escolar, que não é objeto de nossa atenção nesse trabalho, mas a ele se relaciona transversalmente: “Não seria mais rica uma pedagogia que levasse a sério o fenômeno da consciência contraditória? [...] trata-se de uma pedagogia capaz de criar condições (o que pode ser obra tanto dos alunos, quanto dos professores, quanto de todos) para que a descoberta possa acontecer” (CHAUÍ, 1980, apud ORLANDI, 2006, p. 37).

6 QUATRO MODOS DE ENUNCIAR O ABSURDO: O EMBATE ENTRE EVIDÊNCIA E APARÊNCIA

Para melhor investigar as pérolas de vestibular, escolhemos colocarmo-nos em uma posição de leitura do funcionamento das pérolas, em que podemos perceber que existe uma certa “tipologia” de pérolas, isto é, há várias formas nas quais os acontecimentos-pérolas funcionam. Não podemos reduzir os enunciados das pérolas a um único padrão, homogêneo. Com isso temos uma percepção melhor do objeto construído pelo Locutor-candidato.

Pelo procedimento da teoria da agitação enunciativa (embate entre enunciação de evidência X enunciação de aparência) explanada no início desse trabalho, perscrutaremos os enunciados de pérolas abaixo. Em uma breve busca¹³, percebemos que os Locutores-candidatos apresentam cinco modos de enunciar a aparência dos temas propostos (o absurdo), ou cinco formas de

¹³ Pérolas. Disponível em <<http://www.releituras.com/pvestibular.asp>>. Acesso em 15 jan. 2010.

argumentação que orientam para o efeito-contrário do pretendido, o impossível. São cinco maneiras políticas (em confronto) de tentar transpor a orientação aparente do impossível para dentro dos limites evidentes do possível. Cinco maneiras de reclamar a pertença da loucura à razão. São elas: incompleto, ininteligível, inteligível (mas fora de cena), ambíguo e insustentável. Abordá-las em dois grupos: os casos mais propensos à elucidação e os casos menos propensos à elucidação (respectivamente, os casos passíveis de identificação de memoráveis, e os casos não passíveis de identificação de memoráveis). É notório observar que identificamos mais casos propensos à elucidação do que propriamente casos não propensos à elucidação. Ei-los elencados:

6.1 OS CASOS MAIS PROPENSOS À ELUCIDAÇÃO

A) ACONTECIMENTO INCOMPLETO:

- *Os egípcios antigos desenvolveram a arte funerária para que os mortos pudessem viver melhor.*
- *Antes de ser criada a Justiça, todo mundo era injusto.*

Nos dois recortes acima, há indícios de *evidência* – como em “viver em outra vida” e “antes de X todos eram não-X” –, mas não o suficiente para retirá-los da cena da *aparência*. Nos dois trechos percebe-se que há uma visão do objeto, porém mal escrita, incompleta, com vacilos. É possível detectar uma reflexão nos enunciados, por debaixo de uma enunciação não-culta.

B) ACONTECIMENTO INCOMPATÍVEL:

- *A principal função da raiz é se enterrar*
- *A insônia consiste em dormir ao contrário*

Os recortes supramencionados representam a *evidência* pelo modo de falar enunciativo de *aparência*. Na verdade, pode ser um recurso do modo de dizer erudito para criar efeitos de sentido

interessantes, se usados com aspas. É comum inserir enunciados como esse no discurso normativo, autorizado pelo simples uso das aspas. A pontuação (aspas) é a ponte de acesso do *aparente* para o *evidente*. Por exemplo, poder-se-ia dizer *a principal função da raiz é “se enterrar”*, para torná-lo coerente e aceitável no espaço de erudição, como também *a insônia consiste em “dormir ao contrário”*, para explicitar um argumento para alcançar sentidos metaforizados, considerados criativos e inventivos. O dito aspeado representa pérolas propositais, portanto, “pérolas permitidas” ou, para usar uma expressão mais apropriada e científica, o dito aspeado são *incoerências coerentes* (o que não ocorreu nos casos abaixo). O pecado do candidato seria não saber usar as aspas, responsáveis por autorizar a transposição da aparência para a evidência, e criar outros efeitos de sentido (o que não significa que seja desprovido da faculdade reflexiva, pela inabilidade linguístico-culta).

C) ACONTECIMENTO AMBÍGUO:

– Prova de Vestibular no RJ (Universidade Gama Filho¹⁴) *Questão: Faça uma análise sobre a importância do Vale do Paraíba.*

Resposta do candidato:

“O vale do Paraíba é de suma importância, pois, não podemos discriminar esses importantes cidadãos. Já que existem o vale-transporte e o vale do idoso, por que não existir também o Vale do Paraíba??! Além disso, sabemos que os paraibás, de um modo geral, trabalham em obras ou portarias de edifícios e ganham pouco. Então, o dinheiro que entra no meio do mês – que é o vale – é muito importante para ele equilibrar sua economia familiar”.

Observando o enunciado, asseveramos que, se o acontecimento inteligível é uma enunciação de *aparência* que pode ser lida como uma *evidência* se autorizada pelas aspas, este acontecimento ambíguo faz o caminho inverso, trata-se de uma enunciação interrogativa de *evidência* (questionou-se sobre uma região geográfica) respondida a partir de uma enunciação de *aparência* (interpretou-se como um abono salarial), porque é manifestado

¹⁴ Vejaisso.com. 19 nov. 2006. Disponível em <<http://quaresmavestibulares.blogspot.com/2009/06/perolas-do-vestibular.html>> Acesso em: 15 jan. 2010.

pela falta de acesso ao memorável. Trata-se de um deslocamento do sentido cristalizado (o desconhecimento da região geográfica). E o riso, futuridade desse acontecimento, é enunciação apenas dos falantes que conhecem o memorável geográfico. Fica claro que é o memorável, não explicitado, que é responsável pela ancoragem do sentido. Sua falta possibilita a continuação do texto, mas fora do esperado. É a pérola por carência de memorável.

Por outro lado, ao analisar os efeitos de sentido do excerto, perscrutando os dados pelo prisma semântico aqui adotado, por mais que pareça espantoso, embora o Locutor-candidato desconsiderasse (não há como afirmar que ignorasse) a região geográfica, supondo a existência em trâmite de um vale para o cidadão paraibano, é improcedente levantar juízo semântico de certo ou errado em sua resposta, uma vez que o simbólico “vale” é de fato uma expressão ambígua. A condenação viria apenas por um enunciador universal social de vestibulares, que dita o imperativo: “deve-se ter e seguir certo conhecimento geográfico trivial, e respeitar suas nomeações”. Linguisticamente falando, ressalta-se ainda a possibilidade (não que seja o caso, mas quem o sabe?) da relevância intuitiva do Locutor-candidato para o aspecto outro que o convencional. Ou seja, o efeito de pérola pode esconder um candidato exímio.

6.2 OS CASOS MENOS PROPENSOS À ELUCIDAÇÃO

A) ACONTECIMENTO ININTELIGÍVEL

– *O petróleo apareceu há muitos séculos, numa época em que os peixes se afogavam dentro d’água.*

Amparados na enunciação acima, percebe-se que o Locutor-candidato tentou enunciar um objeto (petróleo) e o tempo cronológico de um objeto (época em que os peixes se afogavam dentro d’água). Embora o objeto esteja evidente, vemos que a época descrita (Proterozóica? Paleozóica?) foi mal elaborada no ato de escrever, e a insuficiência de dados fez o acontecimento se

ressentir de um real, ou o período designado por esta materialidade. A passagem da *aparência* para a *evidência* é insustentável. A predominância de aparência no enunciado abre todo um leque para apreciação linguística (possibilidades de metáfora do peixe, equívoco do candidato, eclipse da era planetária, ironia, alusão, etc), o que limita uma compatibilização semântica mínima entre os dados do enunciado não-culto e o tema proposto na redação. Tal incógnita, embora amplie o leque de apreciações linguísticas, coíbe de prosseguir de forma sólida a uma estabilização temática.

B) ACONTECIMENTO INSUSTENTÁVEL:

- *Os problemas de fertilidade são sempre hereditários*¹⁵
- *Felizmente para os homens, o aborto é obrigatório*¹⁶.
- *Lavoisier foi guilhotinado por ter inventado o oxigênio*¹⁷.

Os três enunciados elencados acima produzem um efeito de um ultraje ao dogma da razão. Embora sintaticamente inteligíveis (opostos ao acontecimento ininteligível), afrontam os memoráveis e a espessura de historicidade dos simbólicos que utilizam (há forte relação antonímica entre infertilidade e hereditário, aborto e obrigatório, invenção e oxigênio). Trata-se de enunciações de *aparência* determinadas pela individualidade do insólito, pela alienação, pela insensatez, ou pela alucinação, que os orientam indubitavelmente para o nível surreal. Poderia ser caracterizado como o caso mais caótico linguisticamente (mas não menos reflexivo), devido ao aspecto de incógnita, à construção vaga, elíptica, alusiva e ao uso vocabular um tanto que opositivo.

¹⁵ Jô Soares e as pérolas dos estudantes. 26 nov. 2008. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/e8h4xmy8lnu8/jo-soares-e-as-perolas-dos-estudantes-0402326EE4A93326?types=A&>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Portal do humor. Disponível em <<http://www.portaldohumor.com.br/cont/piadas/381/Perolas-do-vestibular.html>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

A obscuridade da enunciação do Locutor-candidato encobre a interpretação de seu interlocutor-corretor, pois o vínculo entre a coerência e a incoerência necessita de um mínimo de sintaxe e memorável incipiente. Quanto ao processo seletivo, uma correção exímia é comprometida nesse caso, e a aprovação ficará a cargo da distinta subjetividade do locutor-corretor.

Findando a análise das pérolas acima, concluímos que em ambos os casos (propensos à elucidação e não propensos à elucidação), podemos ainda dizer, para robustecer a análise, que o estranhamento não-culto que trava a coerência costumeira dá-se pela filiação da incompletude dos enunciados de pérolas a três incidências pecheutianas (2009, p. 63 e 64), que melhor delimitam as relações de possibilidade e impossibilidade abordadas:

1. A obscura relação entre *extensão e compreensão*;
2. A parca distinção entre *propriedades essenciais e propriedades contingentes*;
3. A natureza do *vínculo* que une coerência e incoerência.

As três incidências ajudam a visualizar que o espaço de redação nacional (não somente os vestibulares) é ainda lógico. Lê-se a redação logicamente no Brasil, e isto quer dizer que o texto da Redação é determinado pela “[...] pretensão idealista de chegar a um universo de enunciados ‘fixos e unívocos’”(PÊCHEUX, 2009, p. 64). Por outro lado, a diferença do acontecimento-pérola que acentua a agitação entre enunciação de evidência e enunciação de aparência no espaço de enunciação do vestibular, dificultando os processos de compreensão, acentua a tese de Pêcheux (2009, p. 64) de que “estamos ‘infinitamente distanciados’ do ideal de uma *teoria universal das idéias*”. Em outras palavras, vivemos a ilusão utópica de um “mundo normativizado” e padronizado pela gramática. Pelas considerações aqui levantadas, dizemos que a erudição linguística é condição angular para ingresso no ensino superior, e não necessariamente a reflexão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É precário no cenário da Linguística um estudo que foque a língua e seus sentidos na circularidade tão popular do costume das “piadas pérolas”, e esta predisposição agenciou a ousadia de nossa análise, ora dificultando-a, devido ao caráter escasso e insuficiente de trabalhos similares, e ora inibindo-a, pelo inevitável efeito de unicidade (não que seja o único) que uma reflexão sobre a pertinência do que é considerado irrisório pode causar.

Deixamos de lado questões de ordem cognitiva, psicanalítica, patológica, administrativo-escolar e de gêneros, para acentuar os efeitos de sentido causados pela agitação enunciativa entre a evidência normativa e a aparência transgressiva das pérolas. No espaço enunciativo do vestibular, atentamo-nos para o funcionamento do modo de dizer não-culto que é diferença na sua própria ordem, e, diferença que causa estranhamento, e conseqüentemente, um sentido contrário no espaço gramaticizado em que é enunciado. Trouxemos para a análise a possibilidade de detectar reflexão e maturidade em materialidades linguísticas não-cultas, mas que são encobertos, contudo, pelo fascínio do termômetro da vertente culta.

Nosso ponto de vista enunciativo foi pertinente ao tornar plausível que o ponto de incandescência das pérolas é uma questão de língua, mais que de uma sobredeterminação pejorativa do sujeito. A impossibilidade de acesso ao modo de dizer culto da língua agencia um funcionamento não-culto dessa língua, que, antes de outras conseqüências, como não “cabe” ali, causa um efeito-contrário do sentido esperado, uma vez que a voz do ridículo constrói um sentido social e historicamente *aparente* da razão. Pontuamos nesse exercício enunciativo, que, como se viu, tanto a voz culta como a não-culta são passíveis de reflexão, respectivamente nas suas universalidade normativa e individualidade insólita. Assim, a reprovação da redação é determinada pela insuficiência de erudição.

Pela noção de argumentação, observamos que o acontecimento-pérola orienta-se sempre para o *riso*, e que este riso,

longe de ser uma manifestação empírica neutra, é uma enunciação delocutiva (“isto é, incoerente, rejeitável”) determinada por um ato jurídico (ao rir o outro deve rir), que enfatiza a utopia de um “mundo normativizado” pela gramática, e perpetua o sistema arcaico e obsoleto da seleção vestibular por vias de regras didático-escolares. Ao nosso entender, o enunciador-universal-pressuposto sobre o qual se debruça o mecanismo do vestibular não deveria ser a questão *qual candidato é falante fluente da vertente culta*, mas *qual candidato sabe significar o mundo por uma vertente qualquer*.

Há os que politicamente rebateriam as nossas asserções ao dizer que um candidato X, pela sua enunciação de pérola, não está apto para o ensino superior. Responderíamos que talvez, e que, além disso, notoriamente, sem querer forjar uma leitura inclusiva destes Locutores, há os que também não poderiam jamais estar no espaço acadêmico, devido à sua imaturidade reflexiva, mas ali se encontram pelo fato de serem falantes repetitivos e fluentes da vertente culta da língua, avalizados pelo seu vestibular.

Concluimos que, ao abordar a língua no espaço das academias, enquanto não se fala de forma culta, não se existe. E se se fala pelo modo não-culto, existe-se enquanto caricatura. O vestibular acaba por tornar-se a prática de abafar o diferente da aparência, em detrimento do mesmo da evidência. É a língua, portanto, quem instaura o sujeito, e não o contrário.

Definimos o acontecimento-pérola como cinco tentativas políticas de fazer pertencer a *aparência* aos limites da *evidência*. Cinco maneiras de reclamar a pertença da loucura à razão. Fica posto, pela nossa análise, que a loucura é passível de ser determinada pela reflexão, porém por vias não normativas (não gramaticais), e que a razão pode ser passível de ser determinada por uma imaturidade, por vias normativas (gramaticais).

A pérola representa a desestabilização do processo seletivo do vestibular, incapaz de antever um bom candidato sob o véu da opacidade de seu texto. Poderíamos ainda aprofundar a presente

reflexão ao detectar que, no tocante às redações (a talvez até além delas), o brasileiro não sabe ler deslinearmente, desapegado do memorável de coerência e convencionalidade. Salvo poucos grupos, grande parte dos registros de suas leituras apresenta-se de forma linear. E mesmo que raras vezes o faça, retorna incomodado para o aconchego da harmonia normativa, balizado pelas “correções”. O modo de ler do brasileiro, regularmente e de modo geral, é pela linearidade, e não pela discursividade. O atípico o afronta por demais. Assim também, no que tange ao gesto de leitura, os enunciadores gramaticais corretores regulam as correções optando por uma leitura lógica das redações no Brasil. Não abarcam o real de escritas rebeldes quanto ao modelo alfabético, estético, linear, ponderado, mensurável e tradicionalmente autorizado pela razão e pela gramática. Pelo prisma científico-linguístico, concluímos que tal regularidade no espaço enunciativo de correções de redações ancora a linguagem à lógica e restringe seu uso a um agenciamento homoganeamente culto.

Finalmente, salvo exceções, a pérola é um acontecimento-indício: *passado* que recorta um memorável da gramática, *presente* da formulação que significa que a vertente culta já não é suficientemente competente para avaliações, e *futuro* que instiga uma perspectiva em que uma via alternativa não-culta (já aberta por ela) precisa ser ampliada.

REFERÊNCIAS

- A EDUCAÇÃO brasileira. Disponível em <<http://hdebarba.malfeita.blogspot.com/2008/09/educao-brasileira.html>>. Acesso em 13 fev. 2010.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura V. de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Eduardo R. J. Guimarães et al. Campinas: Pontes, 2006.

- CHAUÍ, M. de S. *Idiologia e educação: educação e sociedade*. Cadernos Cedes. v. 2, n. 6. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1980.
- DUCROT, O. *Princípio de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. *Polifonia y argumentacion*. Cali: Universidad del Valle, 1990.
- GADET, F., PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do Português*. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- _____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v.1, n. 51. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009, p. 49-68.
- HOUAISS, KOOGAN. *Enciclopédia e dicionário*. Rio de Janeiro: Delta, 1997.
- JÔ SOARES E AS PÉROLAS DOS ESTUDANTES, 26 nov. 2008. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/e8h4xmy8lnu8/jo-soares-e-as-perolas-dos-estudantes-0402326EE4A93326?types=A&>>. Acesso em: 13 fev. 2010.
- MACHADO, J. C. *Uma análise designativa em fronteiras enunciativas: a corrupção pelo prisma da semântica histórica da enunciação*. São Carlos. 2010. 219 f. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- ORLANDI, E. *Interpretação*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- PÉROLAS. Disponível em <<http://www.releituras.com/pvestibular.asp>>. Acesso em 15 jan. 2010.

PORTAL DO HUMOR. Disponível em <<http://www.portaldohumor.com.br/cont/piadas/381/Perolas-do-vestibular.html>>. Acesso em 16 fev. 2010.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *Os nomes da história*. Tradução de Eduardo R. J. Guimarães e Emi P. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 1994.

VEJAISSO.CO. 19 nov. 2006. Disponível em <<http://quaresma-vestibulares.blogspot.com/2009/06/perolas-do-vestibular.html>> Acesso em: 15 jan. 2010.